

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

REQUERIMENTO Nº , DE 2001

(Do Sr. Deputado Ricardo Berzoini)

Solicita seja convidado o Sr. Ministro de Estado da Fazenda para prestar esclarecimentos sobre o déficit público.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta comissão, seja convidado a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, o Ministro de Estado da Fazenda, sr. Pedro Malan, a fim de prestar esclarecimentos sobre a deterioração da situação fiscal do país.

JUSTIFICAÇÃO

Os jornais de circulação nacional divulgaram, ontem e hoje, o déficit público de julho, que atingiu R\$ 14,34 bilhões, ou 13,94 % do PIB do período. No acumulado do ano o déficit nominal já atinge R\$ 72,03 bilhões, ou 6,21% do PIB do período.

O agravamento do quadro em julho pode ser avaliado pelo fato de que, nos doze meses medidos até junho, esse mesmo déficit nominal estava em 5,3% do PIB. Tal deterioração se deve ao pagamento de juros, que tem superado a R\$ 100 bilhões anuais. Só em julho, porém, a carga de juros foi de R\$ 17,05 bilhões, oito vezes a carga de juros em junho. O superávit primário do mês, de R\$ 2,7 bilhões, resultado de grande esforço de arrecadação e de corte de gastos e investimentos, foi, assim, anulado de longe pelos gastos com juros.

Com o resultado de julho, a dívida pública líquida chegou a R\$ 641,29 bilhões, o equivalente a 52,5% do PIB. Essa dívida era de 43,3% do PIB no final de 1998, quando teve início o primeiro acordo com o FMI. De lá para cá têm sido gerados superávits primários anuais superiores a 3% do PIB e têm sido pagos cerca de 10% do PIB de juros ao ano. E a relação entre dívida e PIB só faz crescer: projeta-se 54% ou mais no final deste ano.

O governo acaba de fechar novo acordo com o FMI, em que prevê superávit primário de 3,35% em 2001 e 3,5% em 2002 para pagamento dos juros. Mas a inutilidade desse esforço na redução da dívida pode ser vista pelos números já disponíveis para 2001: o superávit primário esperado para este ano, de R\$ 40 bilhões, só faz frente ao gasto com juros já realizado apenas nos primeiros quatro meses do ano.

Sala da Comissão, em de agosto de 2001.

Deputado Ricardo Berzoini